



**PABLO GIOVANNI (INTERINO)**  
pablo.giovanni.df@dabr.com.br

## Disputa acirrada para o cargo de procurador-geral de Justiça

Numa disputa apertada, os integrantes do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) participaram da escolha do procurador-geral de Justiça para o biênio 2024-2026. A lista já estava formada porque poderia conter três nomes e apenas dois promotores se candidataram.

O atual chefe do MPDFT, Georges Seigneur, obteve 276 votos e o promotor Antônio Suxberger, 215 votos. Houve um voto nulo. A palavra final é do presidente Lula, que tem a prerrogativa de nomear um nome de sua preferência. Ambos têm aprovação dos colegas e um bom currículo.

Ed Ferreira



Sgt. Carlos Seignour

Arquivo Pessoal



São da mesma turma. Seigneur foi nomeado em 2022 pelo então presidente Jair Bolsonaro. Ele integrou a equipe dos dois ex-procuradores-gerais, Leonardo Bessa, hoje desembargador do Tribunal de Justiça do DF, e Fabiana Costa. Suxberger também desempenhou funções na assessoria de controle de constitucionalidade, cível e criminal dos procuradores-gerais Eunice Carvalhido, Eduardo Sabo e Rogério Schietti, hoje ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Ed Alves/CB/DA.Press



### Iphan vitoria "puxadinho" do Mané Garrincha

Equipes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) inspecionaram, ontem, a obra embargada de um atacado nos arredores do Estádio Mané Garrincha. Apesar da visita, o órgão federal não emitiu um parecer definitivo, mas, entendeu que o empreendimento, idealizado pela concessionária responsável pelo Complexo Esportivo de Brasília, não deverá seguir adiante. Isso ocorre porque o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) proíbe construções desse tipo na área.

Além disso, o Iphan irá realizar diligências em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) dos processos administrativos relacionados ao projeto, que anteriormente foram aprovados por ambos os órgãos. No entanto, é certo que não será permitido um atacado naquele lugar, tanto pelo posicionamento do Executivo local quanto pelo parecer do Iphan.

Seduh, Terracap, DF Legal e secretarias de Esporte e Cultura já discutem a elaboração de um projeto de lei complementar para deixar claro que a área será destinada exclusivamente a atividades esportivas, de lazer e turismo.

Ed Alves/CB/DA.Press

### Kakay defende inocência de Adriana Villela

Assistentes de acusação de uma das vítimas do "Crime da 113 Sul" ingressaram na Justiça com um pedido de prisão imediata de Adriana Villela,

acusada de ser a mandante dos assassinatos de seu pai, o ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), José Guilherme Villela, de sua mãe, Maria Villela, e da empregada da família, Francisca Nascimento.

O advogado de Adriana, Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, reforçou a defesa de sua cliente, afirmando que considera a acusada inocente. "O pedido da acusação foi endereçado ao tribunal errado. Temos um recurso pendente no Superior Tribunal de Justiça (STJ), que é o órgão competente para decidir, e não a primeira instância. O assistente de acusação cometeu um erro grave, mas a Justiça já determinou que sejamos ouvidos antes de qualquer decisão. Ela (Adriana) responde ao processo em liberdade há anos", declarou à coluna.



### Orçamento suplementar aprovado

Os deputados distritais aprovaram, na última sessão, um projeto de lei que abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual (LOA), no valor de R\$ 10,3 milhões, para diversos órgãos do Executivo local, incluindo o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional (Fundepe), a Novacap e o Hospital Veterinário Público de Taguatinga (Hvep).

Segundo o texto enviado pelo governo à Câmara Legislativa (CLDF), o crédito será financiado pelo excesso de arrecadação da fonte de recursos de amortização de financiamentos e pela anulação de dotações do orçamento vigente. O projeto recebeu 115 emendas parlamentares, mas nem todas foram aprovadas em plenário.

### Saída temporária

Levantamento da Secretaria de Administração Penitenciária (Seape) aponta que, dos 1.860 presos beneficiados pela sexta saída temporária deste ano, 17 não retornaram às unidades prisionais do Distrito Federal e são considerados foragidos. O número representa 0,91% dos detentos liberados.

### Cúpula da PM alvo de novo inquérito

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, autorizou que os coronéis da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) Jorge Eduardo Naime (E) e Marcelo Casimiro Vasconcelos Rodrigues (D) prestem depoimento à corporação no âmbito de um novo inquérito militar instaurado para investigar um possível crime de

prevaricação ocorrido nos atos de 12 de dezembro de 2022, quando golpistas tentaram invadir a sede da Polícia Federal em Brasília. O pedido foi protocolado pelo corregedor-geral da PMDF, coronel Leonardo Siqueira dos Santos. Além da tentativa de invasão à sede da PF, os manifestantes também depredaram a 5ª DP (Área Central) e incendiaram ao menos 10 veículos. Os ataques ocorreram no mesmo dia em que a PF prendeu o indígena bolsonarista José Acácio Serere Xavante.

Durante seu depoimento à CPI dos



Marcelo Ferreira/CB/D.A.Press - Carlos Gandra/Agência CLDF

Atos Golpistas, no Congresso Nacional, Naime afirmou que as tropas da corporação foram "pegas de surpresa" e, por isso, não houve prisões no dia dos atos. Ele também mencionou que, na mesma data, ocorria a cerimônia de diplomação do presidente Lula no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Casimiro, por sua vez, era o comandante do batalhão responsável pelo policiamento da Esplanada dos Ministérios naquele dia. Ambos são réus em um processo no STF e estão em liberdade provisória.

### Distrital quer dar título de Brasília a secretário

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da CLDF aprovou um projeto de decreto legislativo que concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao secretário de Economia, Ney Ferraz. A proposta, de autoria do deputado Eduardo Pedrosa (União), recebeu parecer favorável de todas as comissões antes de chegar à CCJ. O texto agora segue para o plenário e será votado assim que houver consenso entre os distritais, o que costuma ocorrer às segundas-feiras, quando projetos dessa natureza são tradicionalmente debatidos em reunião.



Ed Alves/CB/D.A.Press

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos\_cb

**MEIO AMBIENTE /** Representantes da indústria da construção civil, do Ministério Público e dos poderes Executivo e Judiciário se reuniram para discutir a ocupação ilegal de terras no DF e os impactos ambientais decorrentes desse crime

# Sinduscon debate a grilagem

» DAVI CRUZ

O Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon-DF) promoveu, ontem, o 2º Fórum Grilagem e Consequências Ambientais no Distrito Federal. O evento, realizado no auditório da entidade, reuniu autoridades da indústria da construção civil, do Executivo, do Judiciário e do Ministério Público, para discutir estratégias para combater esse tipo de crime.

O debate foi promovido com o objetivo relatar os graves impactos ambientais, que têm sido resultado das ocupações irregulares, como desmatamentos, assoreamentos, ocupações de locais de risco e até destruição de nascentes. O sindicato destacou que as invasões em áreas impróprias podem comprometer a capacidade hídrica de Brasília, uma vez que muitas delas ocorrem em espaços ecologicamente sensíveis. A grilagem pode acarretar a diminuição da capacidade de recarga do aquífero, o que poderá resultar em um desabastecimento da população, como ocorreu em 2018, com o racionamento de água.

O presidente do Sinduscon-DF, Adalberto Cleber Valadão Júnior, abriu o debate enfatizando a necessidade de ações urgentes contra

a grilagem. "Precisamos enfrentar esse crime de forma contundente, pois seus impactos vão além do meio ambiente, afetando o desenvolvimento ordenado e sustentável do Distrito Federal", declarou. Ele ressaltou o papel crucial do setor da construção civil para a preservação ambiental e busca por soluções às ocupações irregulares.

### Integração

O deputado distrital Wellington Luiz (MDB), presidente da Câmara Legislativa (CLDF), enfatizou que é preciso integração dos poderes públicos nas investigações. "O combate à grilagem é fundamental para garantir a segurança jurídica e ambiental do Distrito Federal. É nosso dever trabalhar em conjunto para combater as irregularidades e assegurar um futuro sustentável", afirmou.

Gutemberg Gomes, secretário de Meio Ambiente do DF, Marcelo Vaz, secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação, e Roney Nemer, presidente do Instituto Brasília Ambiental (Ibram) também participaram do encontro.

Durante o debate, Nemer destacou a importância de identificar e diferenciar produtores rurais de grileiros para os próximos passos investigativos. "Não somos contra

Ed Alves/CB/D.A.Press



"Precisamos enfrentar esse crime de forma contundente", afirmou Adalberto Valadão (C), na abertura do evento

o produtor rural, mas contra os grileiros. Reduzimos as taxas para que o produtor continue atuando aqui e ajudando a preservar o meio ambiente", assinalou.

A programação do evento contou com três mesas de debate. A primeira teve a participação do desembargador Renato Scussel, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), que preside a Comissão Regional de Soluções Fundiárias. Ele destacou

o papel do Judiciário em garantir a regularização fundiária e evitar a proliferação de ocupações ilegais. Segundo Adalberto Valadão, o setor produtivo espera que o governo possa combater essas irregularidades, incentivar os empreendedores que estão dentro da lei e oferecer segurança jurídica.

De acordo com dados da Secretaria DF Legal, de janeiro a agosto do ano passado, foram realizadas 612 operações de combate à

grilagem, somando 8.304.400m<sup>2</sup> de áreas públicas desobstruídas. No mesmo período, em 2024, foram feitas 575 ações investigativas, com 6.045.755m<sup>2</sup> de áreas públicas desobstruídas.

### Críticas

A segunda mesa de debates falou sobre ações no âmbito judicial de combate à grilagem. Participaram o juiz do TJDF Carlos Maroja

e o promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) Dênio Augusto de Oliveira Moura. Ambos criticaram a atuação do governo.

Para Carlos Maroja, o governo vem falhando na fiscalização. Ele comentou que o Ibram reclama da falta de fiscais, mas teve profissionais para conferir as mercadorias dos ambulantes e artistas no Eixo do Lazer. O magistrado também observou, diante de 150 aprovados em concurso para o Ibram, que estavam presentes, que é o próprio governo que contrata os fiscais.

O promotor Dênio Moura analisou que o combate à grilagem não é prioridade no DF. Segundo ele, desde o ano passado, quase nada foi feito. O promotor criticou o déficit de 700 auditores no DF Legal, enquanto apenas 10 serão contratados este ano. "A legislação é frouxa, pois abre brecha para ocupações irregulares. Quem invade é presenteado, mas quem resiste e não permite a grilagem é punido", enfatizou.

Na terceira e última mesa do fórum, a deputada distrital Paula Belmonte (Cidadania) e o subsecretário de Meio Ambiente do DF, Renato Santana, discutiram estratégias de fiscalização inteligente e arcabouço legal para proteção urbanística e ambiental da cidade.